FOLHA DE RESPOSTAS – QUESTÃO SUBJETIVA
GABARITO

1. Apresente os elementos da concepção analítica de crime militar, de acordo com a Teoria Tripartida, discorrendo sucintamente sobre cada um deles. [valor: 6,00 pontos]
2. Apresente as causas excludentes de ilicitude contidas no Código Penal Militar. [valor: 5,00 pontos]
3. Identifique a causa excludente de ilicitude mencionada na situação hipotética, explicando o motivo da causa ser aplicada no caso apresentado, bem como apresente 03 (três) requisitos para o reconhecimento dessa causa [valor: 7,00 pontos]

A teoria analítica tripartida do crime militar entende o delito como um fato típico (01 ponto), ilícito – OU antijurídico - (01 ponto) e culpável (01 ponto). A Tipicidade consiste no comportamento humano que, por ação ou omissão, provoca um resultado previsto na lei como infração penal (01 ponto). A Ilicitude (ou antijuridicidade) consiste na prática de ato que, além de típico, viole bens jurídicos protegidos pelo ordenamento jurídico (01 ponto). A Culpabilidade consiste na censura do comportamento pessoal do agente que praticou um fato típico e ilícito (01 ponto).

(Serão aceitas outras respostas relativas aos conceitos de Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade, desde que estejam em consonância com a Teoria do Crime do Direito Penal Militar)

As causas excludentes de ilicitude contidas no Código Penal Militar são a legítima defesa (01 ponto), o estado de necessidade (01 ponto), o estrito cumprimento de dever legal (01 ponto), o exercício regular de um direito (01 ponto) e a descriminante do Comandante (01 ponto).

A causa excludente de ilicitude mencionada na situação hipotética é o estado de necessidade (01 ponto). O candidato deve contextualizar a definição de estado de necessidade com o texto motivador, estabelecendo que o acusado preservou bem jurídico próprio – sua família que estava em "estado crítico" (03 pontos). Por fim, o candidato deve apresentar 03 (três) dos diversos requisitos para a configuração do estado de necessidade: Perigo atual, que não seja iminente nem provocado voluntariamente pelo agente; OU Ameaça a um direito próprio ou alheio, que não possa ser evitado de outro modo; OU Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo; OU Inevitabilidade do comportamento lesivo; OU Inexigibilidade de sacrifício do interesse ameaçado. (01 ponto para cada requisito, até o máximo de 03 pontos).